

PROJETO DE LEI Nº 5.235/05

(Da Senhora Vanessa Grazziotin)

Autoriza o Poder Executivo a instituir subvenção econômica para disponibilização de medicamentos a baixo custo, dispõe sobre o sistema de co-participação, institui o Comitê Gestor Interministerial do Sistema de Co-Participação e dá outras providências.

(Emenda Modificativa)

Da Sra. Vanessa Grazziotin – PC do B/AM

Acrescente-se novo Art. onde couber, procedendo-se a renumeração dos artigos:

“Art. A concessão de subvenção econômica a que se refere o Art. 1º, somente poderá ser concedida aos estabelecimentos cujos farmacêuticos responsáveis permanecerem de forma obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento”.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que descuprirem o disposto neste artigo perderão imediatamente o credenciamento a que se refere o Inciso I, do Art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

O medicamento é instrumento essencial às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, desenvolvidas tanto no âmbito do setor público como privado, nos diferentes níveis de complexidade.

Cabe ao profissional farmacêutico a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos visando a melhoria da qualidade de vida da população.

O art. 24, da Lei nº 3.820/60, é claro ao estatuir que farmácias e drogarias devem provar, perante os Conselhos, terem profissionais habilitados e registrados para o



5B2E31AF52

exercício de atividades para as quais são necessários, cabendo a aplicação de multa aos infratores.

A Lei nº 5.991/73 impõe obrigação administrativa às drogarias e farmácias no sentido de que "terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma da lei" (art. 15), e que "a presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento" (§ 1º).

A obrigatoriedade da presença do farmacêutico no estabelecimento como critério de seleção para obter a subvenção econômica garante o acesso da população a serviços e produtos seguros, eficazes e com qualidade, sendo um mecanismo adequado para a regulação e monitoração do mercado de insumos, possibilitando o uso racional de medicamentos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2005.

Deputada Vanessa Grazziotin

PCdoB/AM



5B2E31AF52